

OBS: No título da matéria encontra-se o link para a íntegra.

Diário Oficial da União

Regulamentação da Economia

Ministério da Economia

Banco Central do Brasil

[Portaria nº 112.231, de 9 de dezembro de 2021](#)

"Disciplina o processo de preparação e de encaminhamento das deliberações e recomendações do Comitê de Estabilidade Financeira (Comef) e de elaboração do Relatório de Estabilidade Financeira (REF)".

Fonte: DIOU 13.12.2021

Ministério da Economia

Banco Central do Brasil/Área de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução/Departamento de Competição e de Estrutura do Mercado Financeiro

[Instrução Normativa BCB nº 196, de 9 de dezembro de 2021](#)

"Dispõe sobre os limites de valor para as transações no âmbito do Pix".

Fonte: DIOU 13.12.2021

[Instrução Normativa BCB nº 198, de 9 de dezembro de 2021](#)

"Dispõe sobre os procedimentos necessários para habilitar o agente de saque a disponibilizar os produtos Pix Saque e Pix Troco, a serem observados por provedores de conta transacional e por facilitadores de serviço de saque".

Fonte: DIOU 13.12.2021

[Instrução Normativa BCB nº 203, de 10 de dezembro de 2021](#)

"Estabelece os procedimentos necessários para a adesão ao Pix".

Fonte: DIOU 13.12.2021

Ministério da Economia

Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil

[Instrução Normativa RFB nº 2.057, de 9 de dezembro de 2021](#)

"Regulamenta o processo de consulta sobre classificação fiscal de mercadorias no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil".

Fonte: DIOU 13.12.2021

Comércio Exterior

Ministério da Economia

Câmara de Comércio Exterior

[Resolução GECEX nº 281, de 9 de dezembro de 2021](#)

"Concede redução temporária da alíquota do Imposto de Importação ao amparo da Resolução nº 49, de 07 de novembro de 2019, do Grupo Mercado Comum do MERCOSUL".

Fonte: DIOU 13.12.2021

Ministério da Economia

Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais

[Portaria SECEX nº 159, de 14 de dezembro de 2021](#)

"Estabelece critérios para alocação de cotas para importação, determinadas pela Resolução do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior nº 281, de 9 de dezembro de 2021, publicado no Diário Oficial da União de 13 de dezembro de 2021".

Fonte: DIOU 15.12.2021

Ministério da Economia

Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil

[Instrução Normativa RFB nº 2.058, de 9 de dezembro de 2021](#)

“Regulamenta o processo de consulta sobre interpretação da legislação tributária e aduaneira e sobre classificação de serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações no patrimônio no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil”.

Fonte: DIOU 14.12.2021

[Instrução Normativa RFB nº 2.059, de 10 de dezembro de 2021](#)

“Altera a Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, que dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais destinadas à Previdência Social e as destinadas a outras entidades ou fundos, administradas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB)”.

Fonte: DIOU 14.12.2021

[Medida Provisória nº 1.079, de 14 de dezembro de 2021](#)

“Dispõe sobre a prorrogação excepcional de prazos de isenção, de redução a zero de alíquotas ou de suspensão de tributos em regimes especiais de drawback”.

Fonte: DIOU 15.12.2021

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Secretaria de Defesa Agropecuária

[Portaria SDA nº 480, de 10 de dezembro de 2021](#)

“Dispõe sobre o tratamento administrativo nas operações de importação de produtos de interesse agropecuário, e o acesso aos dados do módulo Licenças, Permissões, Certificados e Outros - LPCO, da Declaração Única de Importação - Duimp, e Declaração Única de Exportação - DUE no Portal Único de Comércio Exterior”.

Fonte: DIOU 15.12.2021

Questões Institucionais

Atos do Poder Executivo

[Decreto nº 10.889, de 9 de dezembro de 2021](#)

“Regulamenta o inciso VI do caput do art. 5º e o art. 11 da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, dispõe sobre a divulgação da agenda de compromissos públicos e a participação de agentes públicos, no âmbito do Poder Executivo federal, em audiências e sobre a concessão de hospitalidades por agente privado, e institui o Sistema Eletrônico de Agendas do Poder Executivo federal - e- Agendas”.

Fonte: DIOU 10.12.2021

[Decreto nº 10.890, de 9 de dezembro de 2021](#)

“Altera o Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018, e o Decreto nº 10.153, de 3 de dezembro de 2019, para dispor sobre a proteção ao denunciante de ilícitos e de irregularidades praticados contra a administração pública federal direta e indireta”.

Fonte: DIOU 10.12.2021

Presidência da República

[Mensagem nº 679, de 9 de dezembro de 2021](#)

Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que “Dispõe sobre a representação privada de interesses realizada por pessoas naturais ou jurídicas junto a agentes públicos”.

Fonte: DIOU 10.12.2021

Legislação Trabalhista

Ministério do Trabalho e Previdência *Gabinete do Ministro*

[Portaria nº 672, de 8 de novembro de 2021](#)

"Disciplina os procedimentos, programas e condições de segurança e saúde no trabalho e dá outras providências".

Fonte: DIOU 10.12.2021

Ministério do Trabalho e de Previdência *Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador*

[Resolução CODEFAT nº 932, de 15 de dezembro de 2021](#)

"Dispõe sobre as diretrizes e critérios de operacionalização das aplicações dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador repassados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, de que trata o §1º do art. 239 da Constituição Federal".

Fonte: DIOU 16.12.2021

Infraestrutura

Ministério do Desenvolvimento Regional *Gabinete do Ministro*

[Instrução Normativa nº 54, de 15 de dezembro de 2021](#)

"Dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), referente à área de Infraestrutura Urbana, especificamente do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - Pró-Transporte, para o exercício de 2022".

Fonte: DIOU 16.12.2021

[Instrução Normativa nº 55, de 15 de dezembro de 2021](#)

"Dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), referente à área de Habitação, para o exercício de 2022".

Fonte: DIOU 16.12.2021

Sistema Tributário

Ministério da Economia *Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil*

[Instrução Normativa RFB nº 2.057, de 9 de dezembro de 2021](#)

"Regulamenta o processo de consulta sobre classificação fiscal de mercadorias no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil".

Fonte: DIOU 13.12.2021

[Instrução Normativa RFB nº 2.058, de 9 de dezembro de 2021](#)

"Regulamenta o processo de consulta sobre interpretação da legislação tributária e aduaneira e sobre classificação de serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações no patrimônio no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil".

Fonte: DIOU 13.12.2021

[Instrução Normativa RFB nº 2.059, de 10 de dezembro de 2021](#)

"Altera a Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, que dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais destinadas à Previdência Social e as

destinadas a outras entidades ou fundos, administradas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB)".

Fonte: DIOU 13.12.2021

Meio Ambiente

Atos do Poder Executivo

Medida Provisória nº 1.078, de 13 de dezembro de 2021

"Dispõe sobre as medidas destinadas ao enfrentamento dos impactos financeiros no setor elétrico decorrentes da situação de escassez hídrica".

Fonte: DIOU 14.12.2021

Ministério de Minas e de Energia

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

Resolução ANP nº 861, de 10 de dezembro de 2021

"Altera a Resolução nº 837, de 18 de janeiro de 2021, que estabelece o procedimento para a nomeação de áreas a serem estudadas pela ANP, para prever expressamente a participação de pessoa jurídica estrangeira".

Fonte: DIOU 14.12.2021

Ministério de Meio Ambiente

Conselho Nacional do Meio Ambiente

Resolução CONAMA nº 503, de 14 de dezembro de 2021

"Define critérios e procedimentos para o reúso em sistemas de fertirrigação de efluentes provenientes de indústrias de alimentos, bebidas, laticínios, frigoríficos e graxaria".

Fonte: DIOU 16.12.2021

Interesse Setorial

Ministério da Economia

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

Portaria nº 486, de 8 de dezembro de 2021

"Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Equipamentos de Proteção Individual (EPI) - Luvas Isolantes de Borracha - Consolidado".

Fonte: DIOU 15.12.2021

Agroindústria

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Secretaria de Defesa Agropecuária

Portaria SDA nº 476, de 8 de dezembro de 2021

"Submete à Consulta Pública, a proposta de Portaria que estabelece normas para produção, comercialização e utilização de sementes e seus respectivos anexos".

Fonte: DIOU 10.12.2021

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Gabinete da Ministra

Instrução Normativa MAPA nº 16, de 8 de dezembro de 2021

"Homologa os produtos e serviços preferenciais passíveis de apoio por meio das transferências de recursos da União, para atendimento a projetos governamentais sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nos termos do Anexo desta Instrução Normativa".

Gerência de Relações Governamentais
nº 54. ano XIII. 20 de dezembro de 2021

Fonte: DIOU 16.12.2021

Indústria de Biocombustíveis

Ministério da Economia

Conselho Nacional de Política Fazendária

[Ato COTEPE/PMPF nº 40, de 13 de dezembro de 2021](#)

"Divulga o Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis".

Fonte: DIOU 14.12.2021

Indústria de Energia Elétrica

Atos do Poder Executivo

[Decreto nº 10.893, de 14 de dezembro de 2021](#)

"Regulamenta o § 1º-C do art.26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica".

Fonte: DIOU 15.12.2021

Ministério de Minas e Energia

Agência Nacional de Energia Elétrica

[Resolução Normativa ANEE nº 159, de 14 de dezembro de 2021](#)

"Estabelece os Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST, revoga as Resoluções Normativas nº 395, de 15 de dezembro de 2009; nº 424, de 17 de dezembro de 2010; nº 432, de 5 de abril de 2011 e dá outras providências".

Fonte: DIOU 15.12.2021

[Resolução Normativa ANEE nº 958, de 7 de dezembro de 2021](#)

"Aprova os Submódulos 2.6 e 2.6-A dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET".

Fonte: DIOU 15.12.2021

Diário Oficial Estadual

Regulamentação da Economia

Poder Executivo

[Lei nº 20.875, de 15 de dezembro de 2021](#)

"Altera a Lei nº 18.451, de 6 de abril de 2015, que instituiu o Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Paraná".

Fonte: DIOE 15.12.2021

[Decreto nº 9.744](#)

"Regulamenta a Lei nº 20.747 de 18 de outubro de 2021, que cria o Programa Estadual de Transferência de Renda".

Fonte: DIOE 09.12.2021

[Decreto nº 9.792](#)

"Prorroga até 30 de junho de 2022 o prazo de vigência do Decreto nº 4.319, de 23 de março de 2020, prorrogado pelos Decreto nº 6.543, de 15 de dezembro de 2020 e nº 7.899, de 14 de junho de 2021, de estado de calamidade pública para fins de enfrentamento e resposta ao desastre de doenças infecciosas virais causado pela epidemia do Coronavírus – COVID-19".

Fonte: DIOE 14.12.2021

Questões Institucionais

Poder Executivo

[Lei nº 20.866, de 9 de dezembro de 2021](#)

"Institui, no âmbito do Estado do Paraná, a Política Estadual de Segurança Pública e Defesa Social e dá outras providências".

Fonte: DIOE 10.12.2021

[Lei nº 20.873, de 15 de dezembro de 2021](#)

"Estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2022".

Fonte: DIOE 15.12.2021

[Lei nº 20.878, de 15 de dezembro de 2021](#)

"Altera a Lei nº 20.446, de 18 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a LOA de 2021, e a Lei nº 20.648, de 20 de julho de 2021, que dispõe sobre a LDO de 2022, nos termos que especifica".

Fonte: DIOE 15.12.2021

[Lei nº 20.887, de 15 de dezembro de 2021](#)

"Altera a Lei n.º 20.077, de 18 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2020 a 2023".

Fonte: DIOE 15.12.2021

Autarquias

AGEPAR

[Resolução nº 040/2021-AGEPAR](#)

"Dispõe sobre o tratamento tarifário dos gastos com energia elétrica relacionados ao ambiente de contratação livre por parte da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR".

Fonte: DIOE 14.12.2021

Legislação Trabalhista

Poder Executivo

[Lei nº 20.877, de 15 de dezembro de 2021](#)

"Fixa, a partir de 1º de janeiro de 2022, o Piso Salarial no Estado do Paraná e sua política de valorização e dá outras providências".

Fonte: DIOE 15.12.2021

Infraestrutura

Poder Executivo

[Lei nº 20.876, de 15 de dezembro de 2021](#)

"Dispõe sobre a autorização para o Poder Executivo efetuar a desafetação de trecho rodoviário que especifica e a transferência deste ao Município de Saudade do Iguaçu".

Fonte: DIOE 15.12.2021

[Lei nº 20.879, de 15 de dezembro de 2021](#)

"Dispõe sobre a autorização para o Poder Executivo efetuar a desafetação de segmentos rodoviários que especifica a transferência destes ao Município de Loanda".

Fonte: DIOE 15.12.2021

[Lei nº 20.888, de 16 de dezembro de 2021](#)

"Denomina de Otoniel Ferreira o viaduto no Km da Rodovia PR-182, no Município de Iporã".

Fonte: DIOE 16.12.2021

Sistema Tributário

Poder Executivo

[Lei Complementar nº 239, 14 de dezembro de 2021](#)

"Dispõe sobre o parcelamento de valores relativos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, sujeitos ao regime de substituição tributária, que foram objeto de comunicado de autorregularização pelo fisco estadual aos estabelecimentos varejistas de produtos farmacêuticos, na forma que especifica, altera a legislação tributária e dá outras providências".

Fonte: DIOE 14.12.2021

[Decreto nº 9.810](#)

"Regulamenta a cobrança do depósito realizado a título de contrapartida de incentivo ou benefício fiscal, destinado ao Fundo de Recuperação e Estabilização Fiscal do Paraná - FUNREP, de que trata a Lei Complementar nº 231, de 17 de dezembro de 2020".

Fonte: DIOE 14.12.2021

[Decreto nº 9.816](#)

"Introduz alteração no RICMS, determinando que 'Aplica-se o disposto neste artigo, sem prejuízo das demais disposições deste Capítulo, às normas concessivas de crédito presumido em relação a operações de entradas, que possuam a limitação a que se refere o caput deste artigo. § 6º Na hipótese do § 5º, para fins de cálculo da proporcionalidade a que se refere o inciso I do § 1º, ambos deste artigo, o montante das operações alcançadas pelo benefício fiscal corresponde à soma das vendas e transferências de mercadorias resultantes da industrialização dos insumos contemplados com o crédito presumido pelas entradas".

Fonte: DIOE 15.12.2021

Receita Estadual

[Norma de Procedimento Fiscal nº 071/2021](#)

Gerência de Relações Governamentais
nº 54. ano XIII. 20 de dezembro de 2021

"Altera a NPF - Norma de Procedimento Fiscal nº 068/2021, que publica novas Tabelas de Valores de Base de Cálculo relativas à Substituição Tributária nas operações com CERVEJAS, REFRIGERANTES, ENERGÉTICOS e ISOTÔNICOS".

Fonte: DIOE 10.12.2021

[Norma de Procedimento Fiscal nº 073/2021](#)

"Fixa valores mínimos para o cálculo do ICMS nas operações interestaduais com produtos da pecuária que especifica".

Fonte: DIOE 10.12.2021

Interesse Setorial

Agroindústria

Secretaria da Agricultura e do Abastecimento - SEAB

Departamento de Economia Rural – DERAL

[Portaria nº 051/2021](#)

"Divulga o preço médio recebido pelos produtores de milho no Paraná, na semana de 06 a 10 de dezembro de 2021".

Fonte: DIOE 13.12.2021

Indústria de Energia Elétrica

Poder Executivo

[Lei nº 20.874, de 15 de dezembro de 2021](#)

"Aprova a construção dos empreendimentos hidrelétricos e de geração de energia que especifica".

Fonte: DIOE 15.12.2021

RESUMO DO DIÁRIO OFICIAL: Publicação Semanal da Gerência de Relações Governamentais do Sistema Fiep. Este material é protegido por direito autoral, e sua reprodução total ou parcial está autorizada, desde que realizada a devida citação de fonte, sendo proibida a exploração comercial do mesmo.